



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Viação

Processo Administrativo nº 2480/2026

Anexo nº 1817

Documento de Formalização da Demanda nº 3039

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Abrigo de Passageiros de Ônibus para atender a demanda da municipalidade de Marialva – PR, através de Pregão, em sua forma Eletrônica, por menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	305616 - PONTO DE ÔNIBUS COM 03 METROS.	UNIDADE	24	15.899,81	381.595,44

Item nº 305616 – Lote nº 01

PONTO DE ÔNIBUS COM 03 METROS.

Abrigo para parada de ônibus - (modelo em anexo). Dimensões: 3,00m (comprimento) x 1,50m (largura) x 2,50m (altura) com fixação em chumbador. Estrutura: 01 cobertura; 01 painel traseiro; 02 colunas; 01 banco metálico. A estrutura do abrigo de ônibus será feita com tubos metálicos galvanizados, sem costura e parede grossa, chapa com espessura não inferior a 3mm. A cobertura será executada em estrutura metálica de perfil curvo, com chapas de chapas metálicas não inferior a 3mm, espessura 6mm, cor fumê, caimento para a parte posterior do abrigo de ônibus. Deverá ser construído um painel de publicidade, sendo painel longitudinal (80x180cm) fixado sobre a estrutura metálica. O banco de espera deverá ter assento de chapa de aço galvanizado, perfurado, com espessura de 2,0mm, fixado com chapa metálica na estrutura do abrigo de ônibus. Deverá ser dado perfeito acabamento com lixa nas bordas e superfícies da chapa, retirando toda possível rebarba de aço existente. As estruturas metálicas e tubos galvanizados receberão pintura eletrostática com acabamento em poliéster em cores a serem definidas. (Pilares: duas colunas em tubo de 100 x 100 mm, cada uma composta por chapa de 3 mm de espessura, com 2500 mm de altura, fechado na extremidade superior. A base dos pilares deve ser constituída por chapa de espessura 3/16" e dimensões de 20 x 30 cm, dotadas de 4 furos. Cobertura: Deverá ter chapa de aço galvanizado em arco abrangendo toda a área sendo, no mínimo, de 4,60 m² a fim de cobrir todo o abrigo. Deverá ser dotada de calhas dianteira e traseira para vazão de chuva, perfiladas em chapa #14 galvanizada, e dobradas em "U" reforçado nas medidas 20 x 40 x 70 x 60 x 20 mm. A estrutura da cobertura deverá ser formada por 4 (quatro) arcos calandrados com comprimento corda de 1,50 m, conforme croqui anexo, em tubo de 1,5 mm de espessura, apoiados na trave superior em tubo metálico de 80 x 80 mm. Painel de informações: painel composto por chapa de aço galvanizada de 1,80 m de comprimento por 0,80 m de largura e 1,2 mm de espessura fixado por parafusos autobrochantes aos tubos, formando uma malha de sustentação entre as traves superior do banco e superior do abrigo. Banco: estrutura metálica constituída por 2 traves em tubo metálico 80 x 80 mm, 2 mm de espessura e 2800 mm de comprimento. Nas extremidades das traves deverão haver flanges em chapa de 1/4" de espessura, de lados 24 cm x 8 cm, com furos passantes de 16 mm de diâmetro para a fixação das traves nas colunas do abrigo com parafusos de cabeça sextavada 1/2" x 3 1/2", e arruelas

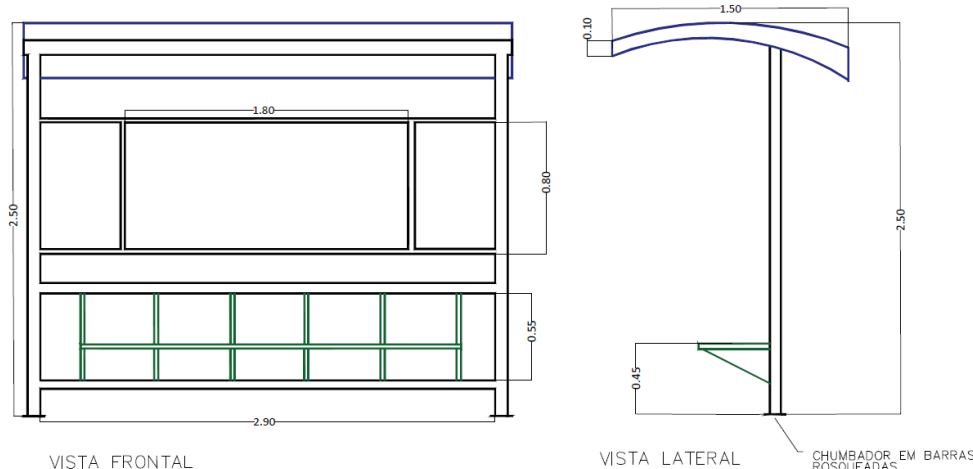


lisas. O assento será constituído de chapa lisa de lados 2800 x 450 mm e 2 mm de espessura. Proteção da Estrutura Metálica: toda a estrutura metálica deverá ter tratamento anticorrosivo por galvanização eletrolítica ou à fogo, antes da pintura nas peças que compõe o abrigo. Pintura: deverá ser em epóxi poliéster texturizada a pó com pelo menos 100 µm de camada de pintura para maior proteção contra as intempéries do tempo. As cores do abrigo serão definidas após contratação, pela Unidade Requisitante. O abrigo deverá ser entregue devidamente embalado e protegido de entrada de água, identificado todas as peças que compõe o abrigo como pilares, banco, cobertura, painel, etc no local indicado na ordem de fornecimento ou ordem de compra.

Deverá vir acompanhado um MANUAL DE MONTAGEM ilustrando a ordem de montagem com orientação de fixação e encaixe deles. Deverá vir acompanhado com os chumbadores em barras rosqueadas para os 4 furos em cada coluna/pilar do abrigo. Além disso, deverá ser apresentada as dimensões da fundação compatível com o abrigo a ser fornecido, indicando a ferragem, tipo de concreto (fck) e dimensões.

Observação: Incluso a instalação, o nivelamento e a execução de base de concreto com acessibilidade, conforme legislação vigente, quando solicitado pela Contratante, de modo a garantir a estabilidade e manter o nível adequado dos abrigos de passageiros.

Vistas Frontal e Lateral



1.2. A opção recai por Pregão Eletrônico justifica-se pelos objetos encontrarem-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1. Em caso de aditivo de prorrogação de contrato, o índice utilizado para o reajuste contratual será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



3.1. Sumariamente, o objeto da contratação refere-se as demandas, notadas junto a municipalidade de Marialva – PR, por instalação de abrigos de passageiros, em suas zonas urbana e rural, abrigos tais que ofertarão ambientes seguros, enquanto os munícipes aguardam os transportes coletivo e escolar.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais, cabendo à Contratada o descarte e correto manejo dos materiais envolvidos na produção dos objetos pretendidos.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não será vedada de marca, desde que os objetos contratados atendam na íntegra as especificações técnicas contidas em suas descrições.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1. Dispensa-se a apresentação de amostra técnica para o referido processo licitatório, sendo que a conferência e aferição dos objetos contratados dar-se-ão somente nos atos de sua entrega e execução, desde que atendam as condições previstas neste Termo de Referência, em Edital e Contrato.

5.6. Obrigações das Partes

5.6.1. Da Contratada

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento das atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, na íntegra as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.1.6. Entregar os objetos e seus demais complementos em devidas condições, devendo promover a substituição ou correção, imediatamente, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.6.1.7. Os itens deverão executados em conformidade ao preconizado em suas especificações, e deverão ser, imediatamente, corrigidos a partir da notificação da municipalidade de Marialva – PR.

5.6.1.8. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.6.1.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.6.1.10. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.11. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;



5.6.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos itens e seus respectivos serviços e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.6.1.13. Acatar na íntegra as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.6.2. Da Contratante

5.6.2.1. Receber os itens e seus respectivos complementos, e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-os na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.6.2.3. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.6.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.6.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.7. Infrações e Sanções

5.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.7.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

5.7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.7.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.7.2.1.1. advertência;

5.7.2.1.2. multa;

5.7.2.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.7.2.1.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.7.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.7.2.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.7.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.7.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15



(Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.7.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.7.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.8. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS	Grau de severidade
----------	--------------------



ITEM		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.9. Moratória

5.9.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.9.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.9.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

5.9.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.9.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.9.6. **Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.**

5.9.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. A entrega do abrigo, Lote nº 01, em conjunto com sua respectiva instalação, quando solicitada pela Contratante, deverá ser efetuada no prazo máximo de 20 (Vinte) dias úteis, a partir da ciência da Contratada, por parte da Contratante, da emissão de Empenho.

6.1.1.1. Os abrigos itens poderão ser adquiridos de forma fracionada, em conformidade a demanda da Unidade Requisitante.

6.1.1.2. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá efetuar o nivelamento e a execução de base de concreto com acessibilidade, conforme legislação vigente, quando solicitado pela Contratante, de modo a garantir a estabilidade e manter o nível adequado dos abrigos de passageiros.

6.1.1.2.1. A mão de obra, equipamentos e demais materiais utilizados para o fornecimento e instalação dos abrigos deverão ser disponibilizados pela Contratada.

6.1.2. Por ocasião do recebimento, esta municipalidade de Marialva – PR reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade (especificação em Edital) dos mesmos e rejeitá-los, de forma integral ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas exigidas, obrigando-se a Contratada promover a imediata substituição ou correção.

6.1.3. O aceite dos serviços pela Contratante, não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios



técnicos relativos às suas execuções, que encontrarem-se em desacordo com as especificações definidas em Edital, embora as divergências sejam constatadas posterior a entrega e instalação.

6.1.4. Se durante a avaliação e conferência, a Unidade Requisitante, através da comissão formada pelos fiscais de contrato, constatar que o fornecimento não encontra-se em conformidade as exigências editalícias ou apresente algum defeito de fabricação os mesmos serão, terminantemente, recusados.

6.1.5. De forma sumária, em conformidade a Lei nº 14.133/2021, os itens e seus serviços, quando solicitados pela Contratante, terão o recebimento provisório;

6.1.5.1. O recebimento provisório possui por finalidade assegurar à Contratada a devida aferição das especificações técnicas dos objetos e serviços ofertados.

6.1.6. O Município de Marialva – PR aceitará até 01 (Uma) substituição/reparação por Empenho em desacordo às exigências editalícias.

6.2. Garantia

6.2.1. A garantia dos serviços efetuados e itens adquiridos devem obedecer o período mínimo de 12 (Doze) meses, a partir da data de emissão da nota fiscal.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

7.3. Fiscais de Contrato

- Titular

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Fernando Henrique Boshini de Oliveira	Secretário Municipal de Infraestrutura e Viação	10522
Cassio Murilo Lopes	Engenheiro Civil	3313

- Suplente

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Fernando Vinícios Moraes Viana	Engenheiro Civil	3918

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os itens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os materiais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos imediatamente, a partir da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5 Liquidação

8.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias



corridos para fins de liquidação.

8.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

8.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

8.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6 Forma de pagamento

8.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM, respeitando os valores máximos unitários.

9.1.2 Lote nº 01 não atenderá ao disposto no Inciso III, do Artigo nº 48 da Lei Complementar nº 123/2006, coadunando-se ainda com as uniformização e padronização no fornecimento dos abrigos, e suas respectivas instalações, sendo que os mesmos efetuados por único prestador mitiga os riscos de inconsistências no âmbito da execução contratual, contribuindo para presteza e eficácia no atendimento da demanda, adjetivos estes que poderiam apresentar-se deficientes, se executados por distintos prestadores.

9.2 Exigências de habilitação

9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.2.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

9.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

9.2.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.2.1.2.2. Comprovação, em consonância ao Artigo 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, que detenha um capital social mínimo ou patrimônio líquido, superior ou igual a 10% (Dez por cento), relativo ao valor total estimado da contratação para o Lote, devendo tal comprovação ser feita através de, no mínimo, um dos seguintes documentos: a) Certidão de registro atualizada, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante; b) Ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial; c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; d) outro equivalente.

9.2.1.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.1.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;

9.2.1.3.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.2.1.3.3. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,



mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.2.1.3.4. Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.1.3.5. Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.2.1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

9.2.1.3.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.1.3.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.2.1.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.1.3.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a integral exigências do Edital.

9.2.1.3.11. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.2.1.3.12. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.2.1.3.13. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.2.1.4. Documentação complementar:

9.2.1.4.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.2.1.4.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

9.2.1.5. Documentação referente à Qualificação Técnica

9.2.1.5.1. Para o Lote nº 01, a Proponente deverá apresentar Certificado de Regularidade junto ao CREA ou CAU.

9.2.1.5.2. Para os Lote nº 01, a Proponente deverá apresentar Certificado de Regularidade junto ao CREA ou CAU do responsável técnico indicado pela execução dos serviços.

9.2.1.5.2.1. Para os Lote nº 01, a Proponente deverá comprovar vínculo empregatício com o responsável técnico responsável indicado pela execução dos serviços, através de 01 (Um) dos



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



instrumentos a seguir: Contrato Social caso o responsável técnica conste como sócio; Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS); Contrato de Prestação de Serviço entre a Proponente e o responsável técnico; Declaração de Contratação Futura, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do profissional.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 381.595,44 (Trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais, e quarenta e quatro centavos), em conformidade ao Demonstrativo de Formulação de Preços, colacionado junto ao Processo Administrativo nº 2480/2026, mediante a média dos preços obtidos com a discrepância de 30% a partir do menor valor obtido.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade as dotações orçamentárias aditadas junto ao Processo Administrativo nº 2480/2026.

Marialva – PR, 07 de Maio de 2026.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O município de Marialva – PR conta com uma crescente demanda por disponibilizar espaços, onde os seus residentes possam aguardar pelos transportes coletivo e escolar, que os abriguem, de forma adequada face às variações climáticas. Dessa forma, conforme ao exposto, a aquisição de abrigos de passageiros torna-se fundamental para prover a necessidade notada.

Assim de acordo com o cenário exposto, torna-se fundamental a pretendida contratação para prover as exigências demonstradas.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa, cuja previsão do recurso é efetuada através da dotação orçamentária, que consta mencionada junto ao Processo Administrativo nº /2026.

Em conformidade ao Artigo 6º, do Decreto 8087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratações para fins de pauta e racionalizar as aquisições e demais contratações dos entes sob sua responsabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a quantidade da contratação para suprir a necessidade da municipalidade de Marialva – PR para o devido saneamento das demandas surgidas em relação à abrigos de passageiros de ônibus.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para as especificações técnicas e quantidade pretendidas para a presente contratação, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida aquisição de forma eficaz, absorvendo assim a demanda apresentada.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é de 381.595,44 (Trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais, e quarenta e quatro centavos). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas em Demonstrativo de Formulação de Preços colacionado junto ao Processo Administrativo nº 2480/2026.



A composição da precificação para a pretendida aquisição foi efetuada por meio de cotação junto ao PNCP, Contratação de Ente Público, e Plataforma Banco de Preços.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A pretendida aquisição, por meio de Pregão, em sua forma eletrônica, por menor Preço por Item apresentou-se viável, face necessidades notadas, onde a contratação de empresa para fornecimento de abrigos de passageiros de ônibus, em conjunto com suas instalações, quando solicitadas, com aquisição fracionada, em conformidade à demanda da Unidade Requisitante, proporcionará à municipalidade de Marialva – PR a devida gestão orçamentária durante o exercício, restando assim o plen usufruto das contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICABILIDADE DO DISPOSTO NOS INCISOS I E III, DO ARTIGO Nº 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

O Lote nº 01 não atenderá ao disposto no Inciso III, do Artigo nº 48 da Lei Complementar nº 123/2006, coadunando-se com as uniformização e padronização em seus fornecimentos, sendo que os mesmos efetuados por único prestador mitiga os riscos de inconsistências no âmbito da execução contratual, contribuindo para presteza e eficácia na execução integral dos serviços necessários, adjetivos estes que poderiam apresentar-se deficientes, se executados por diversos prestadores. Em tempo ressalta-se que, os serviços encontram-se relacionados, principalmente, quando utilizados em um único conjunto, provendo agilidade e eficiência na execução, a partir da compleição integral da demanda a ser sanada, atributos que restariam comprometidos e/ou deficitários, caso executados por prestadores distintos. Nota-se ainda que, a não aplicabilidade mencionada poderá proporcionar economia em escala, incidindo, diretamente, no valor final da contratação, gerando assim economicidade ao erário municipal.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a pretendida contratação espera-se o devido atendimento das demandas identificadas, quanto ao provimento de local adequado enquanto os moradores desta municipalidade de Marialva – PR aguardam por transportes coletivo e escolar, protegendo-os dessa forma das variações climáticas.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A pretendida contratação não possui relevantes têm impactos ambientais, restando ao Contratado o correto manejo e descarte dos materiais utilizados para os efetivos fornecimento e instalação dos itens.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, a Unidade Requisitante manifesta-se pela viabilidade da pretendida contratação.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D8AB-5BEE-49DA-D276

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GILMAR VITORINO DA SILVA (CPF 035.XXX.XXX-50) em 07/05/2026 12:59:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FERNANDO BOSCHINI (CPF 072.XXX.XXX-04) em 07/05/2026 13:00:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FERNANDO BOSCHINI (CPF 072.XXX.XXX-04) em 07/05/2026 13:14:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/D8AB-5BEE-49DA-D276>